

# Seda já mediu cerca de 38 mil hectares de terras em Rio Pardo de Minas

Qui 14 dezembro

O Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), já realizou a medição de 37,8 mil hectares de terras e 1.572 imóveis no município de Rio Pardo de Minas, no Território Norte.

O georreferenciamento é a terceira etapa do processo de regularização fundiária rural no município, que já recebeu audiência pública e o mutirão para o cadastramento das famílias.

A ação é fruto de convênio assinado com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar, vinculada ao Governo Federal, para o levantamento da malha fundiária de Rio Pardo de Minas, por meio do georreferenciamento de todas as áreas rurais do município.

O programa de regularização fundiária estava paralisado há cinco anos. Em 2012, a região do Alto Rio Pardo foi palco da Operação Grilo, deflagrada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Estadual para investigar suposto esquema de grilagem de terras que, posteriormente, eram vendidas a mineradoras interessadas em jazidas naquela região.

Conforme convênio, na retomada da regularização na região estão sendo investidos cerca de R\$ 5 milhões para a realização do diagnóstico, que tem como objetivo melhorar a distribuição e a destinação das terras públicas e privadas.

A expectativa é que sejam mapeados 6.790 imóveis em Rio Pardo de Minas e 1.913 propriedades rurais em Santo Antônio do Retiro, município que também integra o projeto. Todos os dados do georreferenciamento serão incluídos no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

## Reconhecimento do MP

“Rio Pardo de Minas foi dividido em seis áreas, das quais duas já estão com os trabalhos de medição em andamento. Nossa expectativa é que a atividade seja concluída até o fim de abril”, afirma o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Professor Neivaldo.

Para ele, a ação é importante porque “a falta de um reordenamento agrário na região tem gerado insegurança jurídica, instabilidade social e conflitos, fatores que impedem o desenvolvimento da região do Alto Rio Pardo”.

“Temos que ressaltar que isso é feito graças ao reconhecimento pelo Ministério Público de Minas Gerais do trabalho que tem sido executado pela Seda, que desde 2015 retomou o programa estadual de regularização fundiária rural, com a realização de audiências públicas, para dar mais transparência ao processo”, completa Neivaldo.